

Ao povo o que é do povo

O presidente do Partido Novo, que aguarda a aprovação de registro no TSE, prega a redução do Estado, dos impostos e dos privilégios sociais — tudo o que os políticos menos querem

Os dois partidos com mais seguidores no Facebook estão, como é de esperar, entre os maiores e mais tradicionais: PSDB e PT. O terceiro lugar na lista, porém, nem sequer existe oficialmente, pois ainda aguarda seu registro ser aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). É o Partido Novo, que se prepara para disputar as eleições para vereadores e prefeitos de 2016. Entre as suas bandeiras estão reduzir o tamanho do Estado, estimular a iniciativa privada, simplificar impostos e eliminar privilégios sociais, como as cotas raciais. Seu fundador e presidente, o engenheiro e administrador carioca João Dionisio Amoêdo, de 52 anos, é conselheiro do banco Itaú-BBA e da João Fortes Engenharia. Ele concedeu a seguinte entrevista em São Paulo.



“Nossos filiados, uma vez no poder, terão como missão reduzir o poder de quem lá chegou, como eles”

Em uma entrevista ao jornal *O Globo*, o senador tucano Aécio Neves, derrotado nas eleições presidenciais, disse: “Para a direita não adianta me empurrar que eu não vou”.

O que o senhor acha dessa declaração? Entendo que Aécio disse a frase dentro de um contexto específico (*a pergunta do jornal falava sobre “a nova direita indo às ruas e pedindo a volta dos militares”*), mas não gosto da ideia de utilizar rótulos que, no Brasil, têm o significado distorcido. Por aqui há uma grande confusão e incoerência sobre o que é ser de direita ou ser de esquerda. Acredito que o debate esclarecedor e produtivo deva ser sobre valores e ideias, e não em torno de estereótipos.

Por não ser identificado como de esquerda, o Partido Novo não pode acabar sendo associado a quem pede a volta dos militares? Não. A decisão trabalhosa e custosa de montar um partido demonstra a nossa crença nas instituições democráticas e no Estado de direito. Nossa defesa das liberdades individuais se opõe diretamente a qualquer ideia de controle militar. Além disso, desde o início desse projeto, temos enfatizado que não há atalhos para construir algo sustentável. A mudança passa pelo entendimento e pela aceitação de princípios e valores por parte da nossa sociedade. São os indivíduos conscientes, por meio do voto, que farão as transformações necessárias no futuro.

Quais são os valores do Novo? Um dos que mais me tocam é a ideia de que nada fornecido pelo Estado é gratuito. Todos os dias, nossos líderes políticos gostam de vender a promessa de inúmeros benefícios, mas não nos informam como isso será pago ou, pior, deixam no ar a impressão de que essa conta será bancada por terceiros. Infelizmente, essa possibilidade não existe. É uma ilusão. Não há gratuidade, e a conta acaba chegando com juros e correção principalmente aos mais pobres. Nosso objetivo é demonstrar, por meio da lógica e de

“Muitos partidos são criados porque existem incentivos do Estado, como o horário gratuito e o fundo partidário, em que a União distribui recursos entre as siglas. Ambos são exemplos de má utilização dos nossos impostos”

exemplos ao redor do mundo, que a fatura do que está sendo feito hoje virá e que, quanto antes revertermos esse processo, menos doloroso será lidar com ele. Quando o governo gasta sem controle, a noção de que o cobertor ficou curto demais sempre aparece. Foi isso que aconteceu no início do ano, quando a Receita propôs o aumento de impostos da cerveja para compensar o socorro dado ao setor elétrico. Para nós, o governo deve gastar menos e ceder espaço aos indivíduos e às empresas.

A promoção da iniciativa privada não seria algo compartilhado com o Partido Democratas (DEM), de viés liberal? Não vejo tão clara entre eles a defesa da redução do Estado. Além disso, somos fortemente a favor da desestatização de empresas. Achamos que o governo não deve ter participação em nenhuma companhia, em nenhum setor.

Por que o senhor fala em “desestatização”, e não em “privatização”? Prefiro esse termo porque, teoricamente, as empresas já são privadas. É o natural. Falar em desestatização para mim faz mais sentido, pois as empresas não são originalmente do Estado.

Qual é a sua avaliação sobre as cotas raciais e sociais? No Brasil, o conceito de direitos é, muitas vezes, confundido com o de privilégios. As cotas criadas nos serviços públicos e nas faculdades e o tratamento diferenciado para minorias são exemplos de medidas que desvirtuam o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei. Eles dividem a população e criam incentivos para que grupos se organizem para demandar benefícios. Não sou a favor de dividir a sociedade nem de estabelecer privilégios de nenhuma espécie. Todos devem ser iguais perante a lei.

Esse não deveria ser o discurso da esquerda? Isso só

mostra como é difícil definir o Novo: liberal, direita, esquerda. Temos valores de todos os lados.

O senhor é contra o Bolsa Família? Não sou. Do ponto de vista custo-benefício, esse é o melhor programa do Estado. O custo é baixo, de 25 bilhões de reais, menor que o do seguro-desemprego, que deve consumir 35 bilhões de reais neste ano. O maior mérito do Bolsa Família é fornecer o dinheiro às pessoas, que podem usá-lo da maneira que elas acharem mais adequada. Podem comprar comida no supermercado ou a roupa de que precisam onde quiserem, na rede privada. Não foi preciso que o governo construísse supermercados e comprasse alimentos. O modelo é parecido com o que gostaríamos de fazer na saúde e na educação, em que os mais pobres receberiam uma ajuda financeira, um *voucher*, e poderiam escolher a escola que desejasse para seus filhos, o hospital que melhor os atendesse. Não há necessidade de o governo construir colégios, clínicas, contratar educadores, médicos nem adquirir equipamentos. O único porém do Bolsa Família é não ter um objetivo definido. Afinal, ele existe para perpetuar as pessoas na pobreza ou para tirá-las de lá? No meu entender, a medida do seu êxito deveria ser a redução do número de usuários.

Pelo que o senhor tem acompanhado, qual tem sido o objetivo do Bolsa Família? Minha impressão é que querem manter a população na pobreza. Digo isso porque o governo parece festejar sempre que o número de usuários cresce.

O Novo ainda não recebeu o registro do TSE e terá de começar na política do zero. Há o medo de que uma futura reforma política crie uma cláusula de barreira e deixe o Novo de fora? Não chega a ser uma preocupação. Mas nos incomoda que a reforma seja usada para dificultar a alternância de poder.

“O único porém do Bolsa Família é não ter um objetivo definido. Afinal, ele serve para perpetuar as pessoas na pobreza ou para tirá-las de lá? No meu entender, a medida do seu êxito deveria ser a redução do número de usuários”

O argumento usado pelos defensores da cláusula de barreira é evitar a proliferação de partidos nancos, de aluguel. Essa justificativa faz sentido? O problema do Brasil não é o aumento do número de partidos. Para um grupo que não tem à sua disposição uma máquina partidária já constituída, como era o nosso caso, criar um partido do nada é uma missão extremamente difícil. Coletamos 1 milhão de assinaturas em dezessete estados brasileiros para ter a metade delas aprovada pelos cartórios eleitorais. A questão é que muitos partidos são criados porque existem incentivos por parte do Estado, como o horário gratuito e o fundo partidário, em que a União distribui recursos entre as siglas. Ambos são exemplos de má utilização dos nossos impostos. O cidadão não deveria pagar para financiar uma legenda com a qual não tem afinidade. O orçamento de cada partido deveria vir exclusivamente de seus filiados e apoiadores. É deles que os partidos devem se aproximar, não do Estado.

Se os candidatos do Novo vencerem eleições, eles receberão verba do fundo partidário de qualquer maneira, não? Nesse caso, pretendemos utilizar esses recursos para promover campanhas contra a existência do fundo.

E quanto ao horário eleitoral? Não sei muito bem se é permitido, pela legislação, fazer propaganda contra o horário eleitoral. Se isso não for possível, faremos uma campanha institucional, mostrando nossos valores e propostas. De qualquer jeito, achamos que o horário eleitoral gratuito é desnecessário pelo alto custo que cobra dos pagadores de impostos. Além disso, com o avanço das mídias digitais, os partidos possuem inúmeras ferramentas para disseminar suas propostas.

Outro item possível da reforma política é o financiamento público de campanhas. Qual é a posição do senhor a esse

respeito? Não devemos onerar ainda mais o cidadão para subsidiar partidos e campanhas eleitorais. Além disso, não está claro como essa verba seria repartida. Parece-me razoável supor que ela beneficiaria os que estão no poder, reduzindo a possibilidade de alternância de governo. Também não compartilho a ideia de que o financiamento público reduzirá a corrupção. Apenas a diminuição do escopo de atuação do Estado e o rigor nas punições melhorarão esse quadro.

O governo e o PT têm falado muito em realizar consultas diretamente ao povo sobre uma reforma política, cujo conteúdo ainda não foi definido. O senhor é a favor dessa prática? Nos estados da federação, plebiscitos e referendos poderiam ser uma boa alternativa para assuntos polêmicos e de difícil decisão, como o aborto. Entretanto, quando esse ímpeto acontece imediatamente após uma campanha eleitoral em que poucas ideias foram debatidas, a proposta parece mais uma manobra do governo para implementar medidas do seu exclusivo interesse, sem a participação das instituições democráticas.

Qual é a posição do Novo em relação ao aborto e à legalização das drogas? Esses são assuntos importantes, mas não são prioritários em nossa agenda. Nossa atenção está voltada para a melhora da atuação do Estado e dos serviços de saúde, educação e segurança. No momento, essas discussões só dividiriam a população e obstruiriam a nossa agenda de reformas.

Mas qual é a sua opinião pessoal sobre esses temas? Sou a favor do aborto nas situações previstas pela legislação, como nos casos de vítimas de estupro e de risco de vida para a mãe. Sobre drogas, sou contra a criminalização, que considero uma forma ineficiente e custosa para combater o consumo.

Por que não há políticos famosos dentro do Novo? Desde o começo, tivemos como objetivo atrair lideranças novas em torno de ideias e de valores. A maior parte dos nossos fundadores são profissionais liberais: administradores, engenheiros, arquitetos e médicos. Políticos conhecidos são bem-vindos, desde que compartilhem nossos valores. Só lembramos sempre a eles que nossos filiados, uma vez no poder, terão como missão reduzir o poder de quem lá chegou, como eles, devolvendo-o ao cidadão.

Querer que os políticos abram mão dos privilégios que acabaram de ganhar não seria um tanto utópico? Não se pode generalizar. Acreditamos que há cidadãos que querem sinceramente prestar um serviço à comunidade por meio da política. Não nos surpreende, porém, que um grupo que é avaliado apenas a cada quatro anos e que dispõe de um elevado volume de recursos de terceiros para administrar, sem um plano claro de metas, acabe priorizando interesses pessoais. Daí a necessidade de reduzir o poder e o volume de recursos sob gestão do governo.

A Rede Sustentabilidade, da ex-ministra Marina Silva, fala muito em “nova política”. Há mais semelhanças ou diferenças com o Novo? A intenção de Marina é engajar os cidadãos na política e atuar de forma ética. Nesse ponto, concordamos. Entretanto, temos duas grandes diferenças. O Novo defende a tese de que um partido deve gravitar em torno de ideias, e não de um único expoente, uma pessoa. Outra disparidade é que a Rede apostou no planejamento central do Estado. Logo que se divulgou o programa de Marina, analistas fizeram o cálculo de qual seria o gasto adicional: 95 bilhões de reais. Esse dinheiro obviamente sairia dos impostos, que teriam de ser pagos por todos nós. O Novo quer o contrário: reduzir os gastos do Estado para que o dinheiro volte para o povo. ■